

Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade

**GOVERNANÇA AMBIENTAL: UMA INVESTIGAÇÃO NAS EMPRESAS
BRASILEIRAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS QUE PUBLICARAM O RELATO
INTEGRADO EM 2013**

**ENVIRONMENTAL GOVERNANCE: AN INVESTIGATION IN BRAZILIAN
COMPANIES PROVIDING SERVICES THAT PUBLISHED THE REPORT
INTEGRATED IN 2013**

Alessandra Rodrigues Machados de Araujo e Elisete Dahmer Pfitscher

RESUMO

O termo governança ambiental caracteriza a implementação de políticas ambientais e de desenvolvimento. Sendo assim, este artigo objetiva investigar a governança ambiental nas empresas brasileiras prestadoras de serviços que publicaram o Relato Integrado em 2013. Para tanto, os relatórios foram analisados de acordo com os critérios elaborados e posteriormente classificados, tendo como base o Sistema Contábil Gerencial Ambiental (SICOGEA) – Geração II. Foram identificados 7 empresas prestadoras de serviços que fazem parte do projeto piloto do Relato Integrado, entretanto a amostra compõem-se de 5 companhias que publicaram seu relatório em 2013 nos padrões propostos pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC). A empresa que apresentou o maior índice de governança ambiental de acordo com o que foi evidenciado no Relato Integrado foi o BNDES, com 43,33%, obtendo classificação de “Regular”; seguida pela CPFL Energia e Itaú Unibanco, com 38,33% e 30%, respectivamente, sendo consideradas como “Fraca”; já a CCR e AES Brasil, foram de 18,33% e 16,67%, respectivamente, classificando-se como “Péssima”. Com base nos achados desse estudo, conclui-se que a inserção da governança ambiental nas empresas varia de setor e porte da companhia, mostrando-se ainda pouco significativa.

Palavras-chave: Governança Ambiental; Relato Integrado; SICOGEA – Geração II.

ABSTRACT

The term environmental governance characterizes the implementation of environmental and development policies. Therefore, this article investigates environmental governance in Brazilian companies providing services which published the Integrated Reporting in 2013. For this, the reports were analyzed according to the established criteria and then classified, based on the Accounting Environmental Management System (SICOGEA) - Generation II. We identified 7 service providers that are part of the pilot project of Integrated Reporting, however the sample made up of five companies that published their report in 2013 on the standards proposed by the International Integrated Reporting Council (IIRC). The company that showed the highest environmental governance index in accordance with what was shown in the Integrated Report was the BNDES, with 43.33%, obtaining classification "Regular"; followed by CPFL Energia and Itaú Unibanco, with 38.33% and 30%, respectively, being considered as "Weak"; already CCR and AES Brazil, were 18.33% and 16.67%, respectively, classified as "Rubbish". Based on the findings of this study, it is concluded that the inclusion of environmental governance in companies varies from industry and size of company, being still insignificant.

Keywords: Environmental Governance; Integrated Reporting; SICOGEA - Generation II.

1 INTRODUÇÃO

A partir do século XXI tem se dado mais valor às questões ambientais por fatores relacionados aos desastres naturais, assim como ações de grupos ambientalistas e sociais que vem pressionando empresas a atender requisitos ambientais, requerendo assim, uma atenção maior nessas novas políticas.

Entretanto, é questionável até que ponto, investir em políticas sustentáveis e relacionadas à preservação ambiental, poderão trazer retornos econômicos maiores do que as saídas de caixa para a realização desses investimentos responsáveis. Para Braga (2007), os benefícios que se concentram na ampliação de mercados para entidade o mais difícil é quantificar os que derivam de melhoria da imagem institucional, do governo e de seus empregados, por exemplo.

Para Fonseca e Bursztyn (2009), a utilização de uma ferramenta como a governança é essencial para executar investimentos responsáveis. Governança é um termo que caracteriza a implementação de políticas ambientais e de desenvolvimento. Uma boa governança é capaz de aumentar a eficiência e a legitimidade na elaboração e na operação dessas políticas.

Isso denota que a Governança Ambiental, quando adequadamente conduzida, exerce um papel importante no meio empresarial, social e ambiental, bem como no meio acadêmico. Porém, ainda são poucos os estudos e, conseqüentemente, publicações envolvendo esta área. Neste contexto a presente pesquisa foca seu olhar nas empresas brasileiras que publicaram o Relato Integrado em 2013 e se orienta pela seguinte pergunta: Como está sendo tratada a governança ambiental em empresas brasileiras de prestação de serviços que publicam Relato Integrado?

Com intuito de responder a este questionamento, o objetivo geral é investigar a governança ambiental nas empresas brasileiras de prestação de serviços que publicam o Relato Integrado. Para alcançar o objetivo geral têm-se os seguintes objetivos específicos: (i) evidenciar as informações ambientais divulgadas pelas empresas brasileiras no Relato Integrado; (ii) medir a Governança Ambiental das empresas com o auxílio do SICOGEA – Geração II; e (iii) avaliar por meio do Relato Integrado a Governança Ambiental das empresas selecionadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para dar suporte teórico à pesquisa, apresentam-se neste tópico os temas Governança Ambiental, Relato Integrado e SICOGEA – Geração II.

2.1 Governança Ambiental

Governança é um tema que tem se difundido nos últimos anos, sendo utilizado hoje de forma generalizada, no campo das ideias políticas, econômicas ou científicas. O fortalecimento que vem ocorrendo da governança transmite a possibilidade de um processo político mais eficiente, abrangente e justo. Entretanto, segundo Mertens *et al.* (2011), há uma carência de estudos empíricos que possuam como base o mapeamento dos aspectos estruturais das redes sociais e utilização de indicadores de capital social para analisar os processos de governança ambiental.

Diniz (1995, p. 400) afirma que o termo *governance* surge a partir de reflexões conduzidas principalmente pelo Banco Mundial, “[...] tendo em vista aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente”. Também de acordo com essa estudiosa “[...] tal preocupação deslocou o foco da atenção das implicações estritamente econômicas da ação estatal para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão pública”.

Fonseca e Bursztyn (2009) trazem que o conceito de governança foi adotado por agências internacionais de desenvolvimento, como o Fundo Monetário Internacional e o

Banco Mundial, e tornou-se um elemento central da agenda de implantação de projetos de diversas naturezas, em países pobres. Com isso, os organismos internacionais de financiamento do desenvolvimento apresentam elementos que demonstrem ser importantes para uma boa governança, num processo caracterizado por apresentar erros e acertos necessários para o desenvolvimento dessa perspectiva. Governança é um termo que caracteriza a implementação de políticas ambientais e de desenvolvimento. Uma boa governança é capaz de aumentar a eficiência e a legitimidade na elaboração e na operação dessas políticas.

Jacobi e Sinisgalli (2012) descrevem que é um modelo de gestão que possui sua dimensão de compartilhamento de acordo com a participação ampliada em todos os processos, o que requer o envolvimento ativo de todas as partes interessadas em agendas pautadas pela busca de cooperação e consenso.

Já para Glindle (2004), governança é a distribuição de poder entre instituições de governo, assim como sua legitimidade e autoridade; as regras e normas que determinam quem possui o poder e como são tomadas as decisões; e o impacto das instituições e políticas sobre o bem-estar público. Quando o conceito de governança é levado à sustentabilidade e políticas ambientais, ocorre apenas uma delimitação temática sobre o conceito de governança. A governança ambiental ainda é um tema em evolução no Brasil, mas que aos poucos se tem avançado nesse assunto.

2.2 Relato Integrado

O *International Integrated Reporting Council* (**Conselho Internacional para Relato Integrado, ou IIRC na sigla em inglês**) foi formalmente apresentado em agosto de 2010, com o intuito de desenvolver uma nova forma de pensar a evidenciação corporativa. **O IIRC é uma aliança global de reguladores, investidores, empresas, definidores de padrões, profissionais do setor contábil e ONGs. Esta cooperação compartilha a visão de que comunicar a geração de valor pode ser o próximo passo evolutivo para relatos corporativos** (CHENG *et al.*, 2014; IIRC, 2013; OWEN, 2013).

Por meio de um Relato Integrado é possível explicar como uma organização interage com o ambiente externo e com os capitais, para gerar valor no curto, médio e longo prazos. Esse relatório é um novo modelo moderno e abrangente, para a preparação e divulgação de informações financeiras ao mercado. O Relato Integrado reúne informações relevantes sobre estratégia, governança, desempenho e perspectivas de uma empresa, de modo a refletir os contextos comercial, social e ambiental nos quais ela opera (PWC, 2011).

O Relato Integrado tem como objetivo principal atender aos provedores de capital financeiro, que desejam transparência em relação a informações sobre aplicações de recursos, que são feitas pela entidade com enfoque nos seguintes tipos de Capital: capital financeiro; capital intelectual; capital manufaturado; capital humano; capital social e de relacionamento; e capital natural (PEREZ JUNIOR; OLIVIERI NETO; SILVA, 2014).

Relato Integrado visa melhorar a qualidade da informação disponível aos provedores de capital financeiro, permitindo uma alocação de capital mais eficiente e produtiva. Assim como melhorar a responsabilidade e a gestão da base abrangente de capitais e fomentar o entendimento de suas interdependências. Por último visa apoiar a integração do pensamento, da tomada de decisão e das ações que focam na geração de valor no curto, médio e longo prazos (IIRC, 2013).

2.3 SICOGEA – Geração II

O Sistema Contábil Gerencial Ambiental, sofreu modificações, dando origem com isto à segunda geração do sistema, denominado SICOGEA – Geração 2, que de acordo com Nunes (2010, p. 156), “é uma ferramenta de gestão ambiental, que une contabilidade por meio de controles, trabalhando com fatores ambientais, econômicos e sociais, gerando informações aos gestores, buscando melhorar a atuação das atividades das entidades sob o meio ambiente”. As alterações foram elaboradas por Nunes et al. (2009), com propostas de alterações a todas as etapas do método.

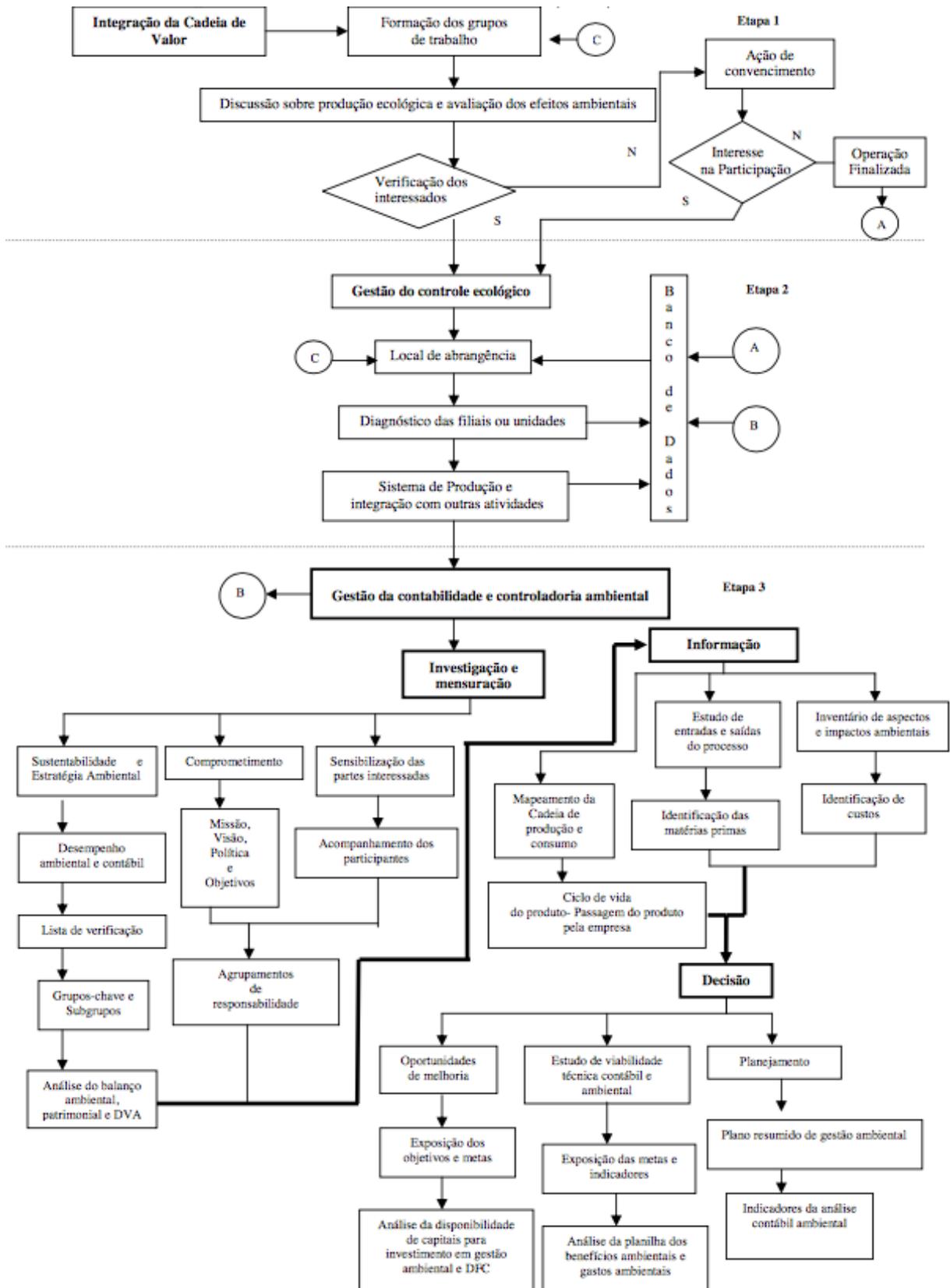


Figura 1: Estrutura do SICOGEA – Geração 2

Fonte: Nunes (2010, p.143)

Neste sentido, foi alterado ainda: A estrutura da lista de verificação; Forma de calcular os indicadores ambientais; Sugestões a respeito de obter de forma objetiva as prioridades de

melhoria; Identificação dos passos a serem seguidos; Foi inclusa a análise da DVA, além do Balanço Patrimonial e Balanço Ambiental e a utilização da DFC para análise das disponibilidades de capital a serem aplicados na gestão ambiental.

As mudanças feitas visam à padronização metodológica do sistema, para que a construção de indicadores ambientais seja facilitada, podendo por meio de uma base de dados, fazer comparações entre empresas por atividade praticada. Manteve-se a plataforma da norma ISO 14001, sendo alteradas as estruturas metodológicas, entretanto sem perder esta referência.

As informações são ponderadas com a aplicação de uma lista de verificação, onde o respondente atribui uma pontuação parcial, de 0 (zero) até 5 (cinco), podendo ainda pontuar se necessário como NA (não se aplica), assim é descartado tal questionamento, não prejudicando as demais análises e cálculos de sustentabilidade. A Figura 2 mostra um modelo dessa lista de verificação.

MODELO DE PLANILHA DE CÁLCULO LISTA DE VERIFICAÇÃO SICOGEA										
PERGUNTA		0%	20%	40%	60%	80%	100%	Pontos Possíveis	Escore	Pontos
		0	1	2	3	4	5			
PRODUÇÃO	1					x		1	80%	0.8
	2				X			1	60%	0.6
	3			x				1	40%	0.4
	4		x					1	20%	0.2
	5					x		1	80%	0.8
	6			x				1	40%	0.4
	7				X			1	60%	0.6
	8						x	2	100%	2
	9					x		2	80%	1.6
	10						x	2	100%	2
	11	X						1	0%	0
	12						x	5	100%	5
Total								19		14.4

Figura 2: Modelo de planilha de ponderação

Fonte: Nunes *et. al.* (2009)

Atribuindo-se a pontuação da seguinte forma: 0 (zero) para aquela empresa que não demonstra nenhum investimento/controla sobre o tema avaliado; 1 (um) para aquela que demonstra algum investimento/controla sobre o tema; 2 (dois) para aquela que demonstra investimento/controla um pouco maior que o item anterior, sobre o tema avaliado; 3 (três) para aquela empresa que demonstra investimento/controla um pouco maior que o item anterior, sobre o tema avaliado; 4 (quatro) para aquela que demonstra investimento/controla quase que total e; 5 (cinco) para aquela empresa que demonstra investimento/controla total, sobre o tema avaliado. (NUNES, 2010).

Os pontos possíveis em cada pergunta são atribuídos pelo analista, de forma que tenha uma maior pontuação às questões com relevância na lista de verificação. Com a soma total dos pontos obtidos, possibilita-se comparar o total de pontos possíveis, resultando o grau de sustentabilidade.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia refere-se a um conjunto de etapas que são dispostas ordenadamente a serem executadas na investigação de um fenômeno. Tem-se a seguir o enquadramento metodológico da pesquisa e os procedimentos para análise das empresas selecionadas.

3.1 Enquadramento Metodológico da Pesquisa

Este item trata da metodologia quanto aos objetivos, abordagem do problema, procedimentos técnicos e de análise de dados.

Quanto aos objetivos a metodologia trata-se de descritiva (Andrade, 2007) e exploratória (Gil, 1999; Beuren, 2006), pois descreve e analisa as informações ambientais das empresas prestadoras de serviços brasileiras que publicaram o Relato Integrado em 2013. Esta pesquisa possui abordagem descritiva, pois “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.” (ANDRADE, 2007, p. 114).

No que se refere a abordagem do problema, trata-se de qualitativa.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 1999, p.80).

A coleta de dados utiliza-se dos procedimentos de pesquisa documental, sendo assim destaca documentos ainda não submetidos a tratamento analítico (GIL, 1991). A pesquisa documental, segundo Silva e Grigolo (2002), visa selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, para então obter dela algum sentido e valor.

O método utilizado para coleta e análise das informações relacionadas à Governança Ambiental é a análise de conteúdo. Conforme Bardin (2009), a análise de conteúdo, enquanto método torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A finalidade da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência esta que recorre a indicadores.

Diante do exposto, percebe-se que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Diante dessa diversificação e também aproximação terminológica, optou-se por elencar as etapas da técnica segundo Bardin (2006), o qual as organiza em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. De acordo com Yusoff, Lehman e Nasir (2006), a análise de conteúdo é a técnica predominantemente utilizada pelos pesquisadores de contabilidade para investigar divulgações ambientais.

3.2 Procedimentos para Análise das Empresas

Este estudo delimita-se as empresas brasileiras prestadoras de serviços que publicaram o Relato Integrado em 2013. Foram selecionados para compor a amostra da análise desse estudo as empresas prestadoras de serviços participantes do projeto piloto do Relato Integrado que constam no site do IIRC.

Quadro 1: Empresas brasileiras prestadoras de serviços participantes do projeto piloto do Relato Integrado

Razão Social	Setor
AES Brasil	Energia
BNDES	Bancos
CCR S.A.	Concessões rodoviárias
CPFL Energia	Energia
Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre	Seguradora
Itaú Unibanco	Bancos
Via Gutenberg	Consultoria

Fonte: IIRC (2014)

Após a identificação das empresas, buscou-se em seus sítios eletrônicos o Relato Integrado de cada empresa, referente ao exercício de 2013. Há duas empresas que fazem parte do projeto piloto do IIRC, mas não fazem parte da amostra. Não foi encontrada a publicação

do Relato Integrado no sítio da Via Gutenberg. Já o relatório do Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre está em fase de adaptação e por isso não segue ainda o modelo proposto pelo IIRC.

Com o propósito de investigar a governança ambiental nas empresas brasileiras prestadoras de serviços que publicam o relato integrado, tem-se no Quadro 2 itens para verificar a evidenciação de políticas ambientais.

Quadro 2: Critérios de verificação da governança ambiental

Critérios de governança ambiental	
1	Certificação ambiental
2	Compliance com leis e normas ambientais
3	Estratégias para conservação da diversidade biológica
4	Participações em índices ambientais
5	Premiações referentes à sustentabilidade
6	Preservação do ambiente natural
7	Projetos ligados a políticas ambientais
8	Uso sustentável de recursos ambientais
9	Valor destinado a políticas ambientais

Fonte: Elaborado pelo autor

Com base no Quadro 2, torna-se possível a análise das políticas ambientais evidenciadas pelas cinco empresas que fazem parte da amostra. Possibilitando uma investigação pautada nesses itens no Relato Integrado publicado por cada empresa em 2013.

Após essa etapa, será calculado um índice de governança ambiental, com base no número de itens evidenciados pelas empresas divididos pelo total de itens da lista de verificação da governança ambiental, considerando o peso de cada critério. Para o cálculo desse índice será utilizado uma adaptação do Sistema Contábil Gerencial Ambiental, SICOGEA - Geração II. O estudo de Pfitscher (2004) apresenta um modelo de SGA, o SICOGEA, o qual visa oferecer informações sobre a sustentabilidade ambiental, auxiliando os gestores na análise das ações empresariais sobre o meio ambiente. O SICOGEA recebeu novo aporte proposto por Nunes (2010); o SICOGEA – Geração II onde a proposta alterou a estrutura do método, com novos indicadores, nova estrutura da lista de verificação e novo formato para as respostas (peso de zero a 5 cinco) com atribuição de pontos diferentes a critério do analista.

A Tabela 1 aponta a interpretação a ser obtida a partir da análise dos resultados alcançados, conforme cada percentual obtido a partir do SICOGEA – Geração II.

Tabela 1 – Avaliação da governança ambiental adaptado do SICOGEA

Resultado	Governança Ambiental
Inferior a 20%	Péssima – ‘P’
Entre 21 e 40%	Fraca – ‘F’
Entre 41 e 60%	Regular – ‘R’
Entre 61 e 80%	Boa – ‘B’
Superior a 80%	Ótima – ‘O’

Fonte: adaptado de Lerípio (2001), Pfitscher (2004) e Nunes (2010) *apud* UHLMANN (2011)

A partir da Tabela 1 será aplicado a avaliação da governança ambiental adaptado do SICOGEA nas empresas que compõem a amostra de acordo com o índice de governança alcançado por cada uma.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção é abordada a evidenciação da governança ambiental nas empresas que resulta em seu índice do governança ambiental. Para análise das empresas AES Brasil, BNDES, CCR, CPFL e Itaú Unibanco, foram elaborados nove critérios visando identificá-las. O SICOGEA – Geração II foi adaptado para auxiliar na obtenção do

índice de governança ambiental a partir do Relato Integrado dessas empresas referente ao ano de 2013.

Quadro 3: Evidenciação da governança ambiental da AES Brasil

Critérios de governança ambiental	Pontos Possíveis	De 0 a 5 a empresa é:						Score	Pontos Alcançados		
		0	1	2	3	4	5				
1	Certificação ambiental	1	x						0%	0	
2	Compliance com leis e normas ambientais	1	x						0%	0	
3	Estratégias para conservação da diversidade biológica	1		x					40%	0,2	
4	Participações em índices ambientais	1	x						0%	0	
5	Premiações referentes à sustentabilidade	2			x				60%	0,8	
6	Preservação do ambiente natural	1	x						0%	0	
7	Projetos ligados a políticas ambientais	2			x				60%	0,8	
8	Uso sustentável de recursos ambientais	1		x					40%	0,2	
9	Valor destinado a políticas ambientais	2	x						0%	0	
		12									2,0

Fonte: Adaptado de Nunes *et al* (2009)

Como mostra o Quadro 3 a AES Brasil, de acordo com o que publica em seu Relato Integrado de 2013, possui um índice de governança ambiental de 16,67%, sendo classificada segundo a tabela adaptada de Lerípio (2001), Pfitscher (2004) e Nunes (2010) *apud* UHLMANN (2011) como “Péssima”. Isso ocorreu pois em seu relato consta por exemplo, que a empresa foi eleita uma das 20 empresas-modelo em Sustentabilidade do País, pelo Guia Exame de Sustentabilidade (2009, 2012). Também desenvolveu um projeto em São Paulo para a troca de materiais recicláveis por desconto na conta de energia elétrica. Entretanto a empresa não apresenta os valores relativos a esses projetos. Consta no Relato Integrado da empresa que ela conta com o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) para prevenção, correção, mitigação e controle de impactos ambientais.

Quadro 4: Evidenciação da governança ambiental do BNDES

Critérios de governança ambiental	Pontos Possíveis	De 0 a 5 a empresa é:						Score	Pontos Alcançados		
		0	1	2	3	4	5				
1	Certificação ambiental	1				x			60%	0,6	
2	Compliance com leis e normas ambientais	1			x				40%	0,4	
3	Estratégias para conservação da diversidade biológica	1				x			60%	0,6	
4	Participações em índices ambientais	1	x						0%	0	
5	Premiações referentes à sustentabilidade	2	x						0%	0	
6	Preservação do ambiente natural	1					x		80%	0,8	
7	Projetos ligados a políticas ambientais	2				x			60%	1,2	
8	Uso sustentável de recursos ambientais	1	x						0%	0	
9	Valor destinado a políticas ambientais	2					x		80%	1,6	
		12									5,2

Fonte: Adaptado de Nunes *et al* (2009)

O BNDES apresenta um índice de acordo com os critérios definidos de 43,33%, sendo avaliada como “Regular”. A companhia evidenciou um indicador de desembolso

para a economia verde e mudanças climáticas que registrou R\$ 24,4 bilhões em 2013, um crescimento de 17% para 2012, como mostra o Quadro 5.

Quadro 5: Desembolsos para economia verde e mudanças climáticas do BNDES em bilhões

	2009	2010	2011	2012	2013
Adaptação a mudanças climáticas e gestão de riscos de desastres	-	0,1	0,6	0,6	0,4
Energias renováveis e eficiência energética	5,7	6,0	7,1	6,1	7,1
Florestas	0,3	0,6	0,6	0,7	1,1
Gestão da água e esgoto	1,6	1,9	1,5	1,5	1,3
Gestão de resíduos sólidos	0,2	0,5	0,5	0,4	0,5
Hidrelétricas (acima de 30 MW)	8,4	6,2	5,2	7,1	8,6
Melhorias agrícolas	0,4	0,5	0,3	0,3	0,1
Outros	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
Transporte de carga	2,0	1,4	1,6	2,6	2,4
Transporte público de passageiros	1,4	0,7	0,9	1,5	2,8
Total	19,9	18	18,5	20,8	24,4

Fonte: Relato Anual BNDES (2013)

A gestão do patrimônio imobilizado do BNDES, realizada por meio do condomínio do edifício-sede no Rio de Janeiro (Cedserj), também obedece às boas práticas de responsabilidade ambiental, com ações desenvolvidas nos segmentos de eficiência energética, consumo de água, gerenciamento de resíduos, entre outras atividades relacionadas aos aspectos de ecoeficiência. Com isso em 2013, a empresa recebeu o certificado ambiental *Building Research Establishment Environmental Assessment Method (BREEAM)*. Todos os resíduos produzidos no edifício são destinados para cooperativas de catadores, cumprindo integralmente o estabelecido no Decreto 5.940/06.

Quadro 6: Evidenciação da governança ambiental da CCR S.A.

Critérios de governança ambiental	Pontos Possíveis	De 0 a 5 a empresa é:						Score	Pontos Alcançados
		0	1	2	3	4	5		
1 Certificação ambiental	1	x						0%	0
2 <i>Compliance</i> com leis e normas ambientais	1	x						0%	0
3 Estratégias para conservação da diversidade biológica	1		x					20%	0,2
4 Participações em índices ambientais	1	x						0%	0
5 Premiações referentes à sustentabilidade	2			x				40%	0,8
6 Preservação do ambiente natural	1			x				40%	0,4
7 Projetos ligados a políticas ambientais	2			x				40%	0,8
8 Uso sustentável de recursos ambientais	1	x						0%	0
9 Valor destinado a políticas ambientais	2	x						0%	0
	12								2,2

Fonte: Adaptado de Nunes *et al* (2009)

O índice encontrado para a CCR foi de 18,33%, sendo assim a empresa está como “Péssima” segundo o critério proposto pelos autores já mencionados. Os principais insumos operacionais da CCR são materiais utilizados em construção e manutenção de infraestruturas, além de água e energia. A principal forma de gerar valor no capital natural, de acordo com a CCR, é ser eficiente no uso desses recursos, por meio da gestão sobre consumo e da adoção de tecnologias, como a iluminação a LED e a captação de águas pluviais. Há por parte da empresa o controle das emissões de gases de efeito estufa

e o controle da geração de resíduos. Em 2013, a CCR obteve redução de consumo de água ou energia em sete de suas concessões de rodovias.

A CCR incorporou a sustentabilidade em sua governança corporativa, com o objetivo de disseminar na CCR a visão de longo prazo sobre as oportunidades e riscos sociais e ambientais. Para identificar e gerenciar os riscos ambientais e sociais com mais assertividade, a CCR implantou o Programa Corporativo de Sustentabilidade

De acordo com a Guia Exame, a CCR foi considerada a empresa mais sustentável do setor de infraestrutura, com destaque para o projeto Estrada Sustentável em 2013. Entretanto no relatório não há divulgação sobre esse projeto.

Quadro 7: Evidenciação da governança ambiental da CPFL Energia

Critérios de governança ambiental	Pontos Possíveis	De 0 a 5 a empresa é:						Score	Pontos Alcançados		
		0	1	2	3	4	5				
1	Certificação ambiental	1				x			60%	0,6	
2	Compliance com leis e normas ambientais	1			x				40%	0,4	
3	Estratégias para conservação da diversidade biológica	1			x				40%	0,4	
4	Participações em índices ambientais	1	x						0%	0	
5	Premiações referentes à sustentabilidade	2			x				40%	0,8	
6	Preservação do ambiente natural	1	x						0%	0	
7	Projetos ligados a políticas ambientais	2					x		80%	1,6	
8	Uso sustentável de recursos ambientais	1	x						0%	0	
9	Valor destinado a políticas ambientais	2			x				40%	0,8	
		12									4,6

Fonte: Adaptado de Nunes *et al* (2009)

A CPFL Energia possui um índice de governança ambiental de 38,33%, sendo classificada como “Fracá”. Em 2013 ela evidenciou um investimento em meio ambiente de R\$ 93 milhões, entretanto não é evidenciado onde esse valor foi destinado ao meio ambiente.

Em 2011, a CPFL aderiu ao GHG Protocol, programa coordenado pela GV-CES e WRI que visa a quantificação e o gerenciamento de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Hoje, esta é a metodologia mais utilizada mundialmente pelo setor privado e governos para a realização de inventários de GEE.

A CPFL Energia também realiza o “Prêmio CPFL Mais Valor”, com o objetivo de incentivar os fornecedores na busca da excelência em requisitos como qualidade, prazo, segurança, meio ambiente e responsabilidade social. Desde 2012, o Prêmio possui a Categoria Sustentabilidade, que reconhece as empresas da cadeia de valor com as melhores práticas de sustentabilidade, avaliadas com base nos indicadores do Instituto Ethos.

A companhia desenvolveu em 2013 o projeto “A Energia na Cidade do Futuro”, que visa promover uma interface com toda sociedade e agentes do setor para estabelecer diretrizes e parâmetros a serem adotados pelos municípios, além propor políticas públicas e estratégias empresariais condizentes com a promoção de tecnologias inovadoras e sustentáveis e os anseios dos consumidores.

Teve início também em 2013 o projeto “Sustentabilidade como Alavanca de Valor” que levou ao desenvolvimento de uma Plataforma Integrada de Gestão de Sustentabilidade, alinhada ao Plano Estratégico e com foco na criação e proteção de valor da empresa.

As empresas de distribuição controladas pela CPFL Energia reduziram em 2013 em torno de 25% a utilização de materiais como postes de concreto, cabos e medidores. Os medidores e transformadores retirados da rede de distribuição podem ser recuperados, diminuindo a utilização de novos materiais e a geração de resíduos. Outros tipos de materiais que não podem ser reaproveitados são encaminhados para uma empresa especializada, que realiza a desmontagem e assegura a destinação adequada da sucata gerada. Essa prática da CPFL está alinhada à Lei no 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O projeto “Transformador Verde”, possibilitou a criação de equipamentos mais sustentáveis no segmento de distribuição de energia, é uma inovação da CPFL Energia. Em 2012, o Transformador Verde recebeu o prêmio Finep de inovação, na categoria inovação sustentável. A gestão dos impactos ambientais da CPFL Energia é realizada por meio do Sistema de Gestão Ambiental, certificado conforme a norma ISO 14001. Esse sistema reúne procedimentos que permitem a identificação e o desenvolvimento de planos de ação para mitigar os efeitos decorrentes das atividades da companhia.

Quadro 9: Evidenciação da governança ambiental do Itaú Unibanco

Critérios de governança ambiental	Pontos Possíveis	De 0 a 5 a empresa é:						Score	Pontos Alcançados	
		0	1	2	3	4	5			
1	Certificação ambiental	1	x					0%	0	
2	Compliance com leis e normas ambientais	1	x					0%	0	
3	Estratégias para conservação da diversidade biológica	1		x				20%	0,2	
4	Participações em índices ambientais	1	x					0%	0	
5	Premiações referentes à sustentabilidade	2				x		80%	1,6	
6	Preservação do ambiente natural	1		x				20%	0,2	
7	Projetos ligados a políticas ambientais	2				x		60%	1,2	
8	Uso sustentável de recursos ambientais	1			x			40%	0,4	
9	Valor destinado a políticas ambientais	2	x					0%	0	
		12								3,6

Fonte: Adaptado de Nunes *et al* (2009)

O Itaú Unibanco possui um índice de governança ambiental dividindo-se o total de pontos alcançados pelo total de pontos possíveis de 30%, sendo então considerada como “Fraca”.

Foi avaliada pela Guia Exame de Sustentabilidade como a primeira instituição financeira a ser reconhecida como a empresa mais sustentável do ano. Entretanto não apresentou certificação ambiental.

A companhia foi a primeira gestora de investimentos do Brasil a aderir aos Princípios para Investimento Responsável (PRI). Lançado em 2006, o PRI é uma iniciativa de investidores institucionais em conjunto com a Organização das Nações Unidas (ONU) para nortear o mercado financeiro e de capitais na integração de questões ambientais, sociais e de governança aos processos de investimento.

Assim como por meio da “Itaú Seguros” a empresa aderiu aos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI). Lançado em junho de 2012, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20 – iniciativa da ONU que promove a integração das questões ambientais, sociais e de governança nas atividades do setor de seguros.

O Itaú Unibanco evidenciou em seu relato integrado de 2013 programas e iniciativas para redução do impacto ambiental de suas atividades, com medidas para

incrementar sua eficiência nos processos internos e diminuir o consumo de recursos naturais, como: contador de sustentabilidade; campanha sem papel nas empresas; projeto eliminação de relatórios impressos; racionalização do uso de meios de transporte; utilização das salas de telepresença; projeto de eficiência operacional e técnica; investimento em proteção ambiental.

5 CONCLUSÃO

Os Relatos Integrados das cinco empresas analisadas referentes ao ano de 2013 foram essenciais para o desenvolvimento do trabalho, cujo objetivo geral foi investigar a governança ambiental nas empresas brasileiras de prestação de serviços que publicam o Relato Integrado. Para alcançar o objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos: (i) evidenciar as informações ambientais divulgadas pelas empresas brasileiras no Relato Integrado; (ii) medir a Governança Ambiental das empresas com o auxílio do SICOGEA – Geração II; e (iii) avaliar por meio do Relato Integrado a Governança Ambiental das empresas selecionadas.

Por meio do Relato Integrado das empresas foi possível ter acesso às informações ambientais divulgadas pelas empresas, para que assim pudesse ser aplicado o SICOGEA – Geração II. Por meio da adaptação da primeira fase da terceira etapa desse sistema foi possível encontrar o índice de Governança Ambiental das empresas, sendo que esses índices foram desenvolvidos através do modelo de Relato Integrado proposto pelo IIRC.

A empresa que apresentou o maior índice de governança ambiental no presente estudo foi o BNDES, com 43,33%, obtendo assim, segundo Lerípio (2001), Pfitscher (2004) e Nunes (2010) *apud* UHLMANN (2011), a classificação de “Regular”. Seguida pela CPFL Energia que possui um índice de governança ambiental de 38,33%, sendo considerada “Fraca”. Após tem-se o Itaú Unibanco com um índice de 30%, apresentando-se como “Fraca”. Já a CCR foi de 18,33%, sendo assim a empresa está como “Péssima”. Por último, a AES Brasil obteve um índice de governança ambiental de 16,67%, sendo classificada como “Péssima”.

Com base nos achados desse estudo, conclui-se que mesmo as empresas analisadas sejam prestadoras de serviços, a inserção da Governança Ambiental varia de setor e porte da companhia, mostrando-se ainda pouco significativa em sua maioria. Visto que nenhuma das cinco empresas brasileiras analisadas apresentaram índice de governança ambiental acima de 61% para que pudessem ser classificadas como “Boa” ou “Ótima”. Cabe destacar que esse estudo limitou-se ao julgamento dos autores nas análises dos relatórios. Contudo, este estudo serve como indicativo da inserção da Governança Ambiental no Relato Integrado das empresas pesquisadas.

Para futuros trabalhos sugere-se realizar um novo estudo com empresas brasileiras de outros setores presentes no projeto piloto do Relato Integrado. Aplicar a proposta de classificação da governança ambiental em outros relatórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. M. Introdução a metodologia do trabalho científico. 8. ed. Atlas: São Paulo, 2007.

BARDIN, L. Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade – Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2006.

BRAGA, C. (org.). Contabilidade Ambiental – Ferramentas para a Gestão da Sustentabilidade. Atlas: São Paulo, 2007.

CÂMARA, J. B. D. Governança Ambiental no Brasil: ecos do passado. Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 46, p. 125-146, junho/2013.

CHENG, M.; GREEN, W.; CONRADIE, P.; KONISHI, N.; ROMI, A. *The International Integrated Reporting Framework: Key Issues and Future Research Opportunities. Journal of International Financial Management & Accounting*, v. 25, n. 1, p. 90–119, 2014.

DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 385-415, 1995.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRINDLE, M. *Good enough governance: poverty reduction and reform in developing countries. Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, v. 17, n. 4, p. 525-548, 2004.

FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 1, p. 17-46, jan./abr. 2009.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013. Disponível em: www.theiirc.org. Acesso em 19 de novembro de 2014.

JACOBI; P. ROBERTO; SINISGALLI, P. A. A. Governança ambiental e economia verde. Ciênc. saúde coletiva, vol.17 no.6, Rio de Janeiro, Junho, 2012.

LERÍPIO, Alexandre de Ávila. GAIA: um método de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais. Florianópolis, 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

MERTENS, F.; TÁVORA, R.; FONSECA, I. F.; GRANDO, R.; CASTRO, M.; DEMEDA, K. Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia. Revista Acta Amazonica, v. 41, n. 4, p. 481 – 492. 2011.

NUNES, João P. de O. et al. Contribuições de Melhoria para o Sistema Contábil Gerencial Ambiental – SICOGEA. In: XI Congresso Internacional de Costos y Gestión y XXXII Congreso Argentino de Profesores Universitarios de Costos. Trelew, Chubut e Patagônia, Argentina. 2009.

NUNES, João Paulo de Oliveira. *Um aporte ao sistema contábil gerencial ambiental: elaboração e aplicação parcial do novo sistema em clínica hospitalar.* Dissertação

apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2010.

OWEN, G. *Integrated Reporting: A Review of Developments and their Implications for the Accounting Curriculum*. *Accounting Education*, v. 22, n. 4, p. 340–356, 2013. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09639284.2013.817798>>. Acesso em 2 de novembro de 2014.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; OLIVIERI NETO, Rafael; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. *Relatório integrado: integração entre as informações financeiras, de sustentabilidade e de governança em relatórios corporativos*. São Paulo: Atlas, 2014.

PFITSCHER, Elisete Dahmer. *Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico*. Florianópolis, 2004, 252 p. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós- Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

PRICEWATERHOUSECOOPERS, 2011. Disponível em: <http://www.pwc.com/corporatereporting>. Acesso em 26 de setembro de 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social. Métodos e Técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, M. B. de; GRIGOLO, T. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3. ed. Florianópolis: EDUFSC, 2001.

UHLMANN, Vivian Osmari. *Contribuições ao desenvolvimento do sistema contábil gerencial ambiental – geração 2: proposição da geração 3 do método*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

YUSOFF, Haslinda; LEHMAN, Glen; NASIR, Noraini. *Environmental engagements through the lens of disclosure practices: a Malaysian story*. *Asian Review of Accounting*, v. 14, n. 1/2, p. 122-148, 2006.